

OAB/MT luta pela manutenção do Protocolo Integrado



A preocupação com a extinção do sistema foi apresentada ao presidente do TJMT durante o Colégio de Presidentes de Subseções em Sinop. **PAG 4**



OAB/MT consegue tranca-mento de ação penal contra ad-vogado

PAG 6



OAB/MT se une a entidades em defesa do Pronto Socorro

PAGS 16

OAB/MT requer que Conselho Nacional investigue membros do MP

PAG. 7

1º Conbrape debate rumos da advocacia

PAG. 15



DIRETORIA OAB/MT

Presidente:
Maurício Aude

Vice-presidente:
Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral:
Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto:
Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro:
Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábile Ribeiro
Duílio Piato Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira

Fabio de Sá Pereira
Glaucio Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castrequini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Oswaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo
Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Naves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignotti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente:
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente:
Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral:
Helmut Flavio Preza Daltro

Secretária-Adjunta:
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro:
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Junior
Jose Antonio Gasparelo Junior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel
Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Bruno Oliveira Castro
Diretor Presidente

Dejango Riber Oliveira Campos
Diretor Adjunto

Fabiana Curi
Secretária

Welder Queiroz dos Santos
Secretário Adjunto

Marcelo Antonio Theodoro
Coordenador Pedagógico

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix
Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo
Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUVIDORIA

Geandre Bucair Santos
Ouvidor-Geral
Giselle Jovelina Dias de Carvalho
Ouvidora-adjunta -
Contatos: (65) 3613-0965

EXPEDIENTE

Jornalista:

Lídice Lannes - DRTMT 810 e
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Estagiária:
Heide Castilho

Fotografias:
José Medeiros e Adia Borges
Fotos da Terra

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928 -
imprensaobmt@gmail.com
CAA/MT (65) 3644-1006 -
caamt@caamt.com.br

Publicidade:

Boletim Informativo – Comunicação
Institucional

Tiragem:
15.000 exemplares

OAB Mato Grosso – 2ª Avenida Transversal
s/n, Centro Político Administrativo – CEP:
78.049-914 – CUAIBÁ/MT – Tel.: (65) 3613-
0928 Fax: (65) 3613-0921
Editoria de Arte:

Diagramação e Edição de Arte:

Erickson Souza Thaines
gauchothaines@hotmail.com.br

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)	
Luiz da Penha Corrêa Presidente	
Ademar Santana Franco Vice-Presidente	
Jozaira Rita Seixas Guedes Secretária-Geral	
Fabiane Battistetti Berlanga Secretária Adjunta	
MEMBROS	
Antonio Pinheiro Esposito – Cuiabá Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum Bruno Rodrigues da Silva – Cuiabá Carla Caroline de Paula Rocha – Cuiabá Eduardo Horschutz Guimarães – Cuiabá Everaldo Batista Filgueira Junior – Cáceres João Ricardo Moreira – Cuiabá Luciano Rodrigues Dantas – Cuiabá Luiz Gonçalves de Seixas Filho – Mirassol D’oeste Marco Antonio Magalhães dos Santos – Cuiabá Marcus Augusto Giraldi Macedo – Peixoto De Azevedo Milton Martins Mello – Cuiabá Nelci Andrea dos Santos Andreotti – Peixoto De Azevedo Paulo Sérgio Missasse – Cuiabá Rosane Costa Itacaramby – Cuiabá Ruy Barbosa Marinho Ferreira – Peixoto De Azevedo Valéria Aparecida Solda de Lima – Mirassol D’oeste Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo – Cuiabá Vilson Pedro Nery – Cuiabá Contato: (65) 3613-0965 Plantão de Prerrogativas (24 horas): (65) 9239-1000	
TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)	
João Batista Beneti Presidente	
Antonio Luiz Ferreira da Silva Vice-Presidente	
Silvano Macedo Galvão Secretário-Geral	
RELATORES	
Renato de Perboyre Bonilha Rober Cesar da Silva Clarissa Bottega Samantha Rondon Gahyva Martins Rogerio de Barros Curado Roberto Antunes de Barros Marco Antonio Dotto Adolfo Arini Jucimeire Marques de Oliveira Jose Gaspar Maciel de Lima Pedro Marcelo de Simone Seila Maria Alvares da Silva Alexandre Maciel de Lima Ivo Sergio Ferreira Mendes João Paulo Moreschi João Manoel Junior José Ravanello Henrique Alves Ferreira Neto Orlando Campos Baleroni Gisela Alves Cardoso Nelson Feitosa Valdir Francisco de Oliveira Samuel Richard Decker Neto Paulo Eurico Marques Luz	

Nubia Narciso Ferreira de Souza Jackson Mario de Souza Marcelo Bertoldo Barchet Mauro Antonio Stuari Gelison Nunes de Souza Paula Regina de Toledo Ribeiro Celso Correa de Oliveira Nelson Frederico Kunze Pinto Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva Rosely Amaral de Souza Hamilton Ferreira da Silva Junior Cristiano Alcides Basso Marcel Alexandre Lopes Clarissa Lopes Vieira Vidaurre Rodrigo Quintana Fernandes Jonel Benedito Ferreira de Arruda Adelina Neres de Sousa Campos Douglas Ricardo Guilhen Melo Raul Astutti Delgado Décio Cristiano Piató Andreia Alves Carlos Roberto Previdelli Ulisses Duarte Junior Joice Wolf Scholl Luiz Sergio Rossi Mauro da Silva Andrieski Murillo Espinola de Oliveira Lima Amaro Cesar Castilho Paulo Fabrinny Medeiros Luciana Amalia Alves Bruno Ferreira Alegria Contato: (65) 3613-0935	Presidentes de Comissões Temáticas
Comissão da Diversidade Sexual João Paulo Carvalho Dias Comissão da Sociedade dos Advogados Yaná Christina Eubank Gomes Cerqueira Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Carlinhos Batista Teles Comissão de Direito de Trânsito José Antonio Duarte Álvares Comissão de Acesso a Justiça Eduardo Horschutz Guimarães Comissão de Acompanhamento da Atividade Advocatícia Uéber Roberto de Carvalho Comissão de Acompanhamento Legislativo Jose Eduardo Polisel Gonçalves Comissão de Advogados Professores Dejango Riber Oliveira Campos Comissão de Assuntos Fundiários Fabio Luis de Mello Oliveira Comissão de Cultura e Responsabilidade Social Gabriela Cristina Tortola da Silva Comissão de Defesa da Igualdade Racial Augusto Cesar Carvalho Frutuoso Comissão de Defesa do Consumidor Carlos Rafael Demian Gomes de Carvalho Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios Adriano Carrelo Silva Comissão de Direito Bancário e Securitário Evandro Cesar Alexandre dos Santos Comissão de Direito Civil e Processo Civil Ricardo Turbino Neves Comissão de Direito da Mulher Juliana Moura Nogueira	

Comissão de Direitos da Família Joyce de Oliveira Silva Campos Comissão de Direito Desportivo Jean Walter Wahlbrink Comissão de Direito do Idoso Isandir Oliveira de Rezende Comissão de Direito do Trabalho Marcos Martinho Avallone Pires Comissão de Direito Eleitoral Silvio Queiroz Teles Comissão de Direito Eletrônico Eduardo Augusto Bordoní Manzeppi Comissão de Imobiliário e Urbanístico Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Junior Comissão de Direito Internacional Kleber Tocantins Matos Comissão de Direito Municipal Humberto Affonso Del Nery Comissão de Direito Penal e Processo Penal Saulo Rondon Gahyva Comissão de Direito Previdenciário Camila Regina Santos Comissão de Direitos Humanos Betsey Polistchuk de Miranda Comissão de Ensino Jurídico Jose Patrocínio de Brito Junior Comissão de Estagiários Robison Pazetto Junior Comissão de Estágio e Exame de Ordem Daniel Paulo Maia Teixeira Comissão de Estudos Constitucionais Felipe Amorim Reis Comissão da Lei de Falência e Recuperação de Empresas Aline Barini Nespoli Comissão das Questões Jurídicas do Agronegócio Paulo Inacio Helene Lessa Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte Darius Canavarros Palma Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos Ivo Matias Comissão de Infância e Juventude Marizete Fatima Reginato Bagatelli Comissão de Juizados Especiais Giorgio Aguiar da Silva Comissão de Meio Ambiente Luiz Alfeu Souza Ramos Comissão de Orçamento e Contas Murillo Barros da Silva Freire Comissão de Propriedade Intelectual e Autoral Geraldo da Cunha Macedo Comissão de Saúde e Saneamento Fabio Arthur da Rocha Capilé Comissão de Segurança Pública Almerindo José Silva Costa Comissão do Advogado Público Alexandre Apolonio Callejas Comissão do Direito Administrativo Darlã Martins Vargas Comissão do Jovem Advogado Eduardo Ramsay de Lacerda Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem João Paulo Moreschi Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos Jose Luis Aguiar Bojikian Comissão de Direito Carcerário Waldir Caldas Rodrigues
--

DIRETORIA

Resolução nº 4/2014 será reanalisada a pedido da OAB/MT

A diretoria da OAB/MT, juntamente com as subseções, requereu ao TJMT a reanálise da Resolução nº 4/2014, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados nas Varas de Fazenda Pública e no Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá para fins de readequação do serviço forense. A resolução pede a observância dos advogados, defensores públicos, promotores e procuradores à Lei Federal nº 12.153/2009, principalmente no que tange à competência absoluta do Juizado da Fazenda Pública para julgar causas com valores de até 60 salários mínimos.

O presidente da Seccional, Maurício Aude, observou que “a determinação prejudica a sociedade, os advogados e juízes de comarcas que não contam com Vara da Fazenda Pública, cujos processos serão remetidos aos juizados especiais, abarrotando-os ainda mais de processos. Argumentos como esse é que fizeram a OAB/MT e subseções requererem do presidente do TJMT a reanálise da resolução, o que foi acatado”.

A presidente da OAB/Várzea Grande, Flávia Moretti, disse que a situação na comarca ficará insustentável. “Hoje nosso fórum conta com três Varas da Fazenda Pública e apenas dois juizados especiais abarrotados de processos. Quando receber os das varas seremos mais prejudicados”. Já o presidente da Subseção de Diamantino, Gildo Capeleto, frisou que os juizados especiais contam com 9,5 mil processos e, as varas, cerca de 9 mil. O presidente do TJMT, desembargador Orlando Perri, afirmou que estudará uma nova proposta.

Futuro do Protocolo Integrado será definido em nova reunião



Um importante passo foi dado pelas diretorias da OAB/MT e de diversas subseções que estiveram presentes no Colégio de Presidentes das Subseções, em Sinop, no que tange à permanência do Protocolo Integrado do Tribunal de Justiça em todas as comarcas. Após muitos debates, o futuro da extinção ou não do setor será discutido em nova reunião com o tribunal. Sua extinção está prevista para ocorrer no dia 30 de junho deste ano, mas a intervenção da OAB/MT, com argumentos justificadores do prejuízo que a medida acarretará à advocacia e aos jurisdicionados, fez com que o presidente do TJMT adiasse a discussão para analisar junto com sua equipe a melhor alternativa para o caso. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, ressaltou a importância da manutenção do Protocolo Integrado, uma vez que o Portal Eletrônico do Advogado ainda não oferece condições para os advogados trabalharem. “O sistema é bom, mas ainda precisa ser ajustado e implementado na segunda instância”.

O secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda, frisou que tem trabalhado diariamente com processo eletrônico nos tribunais superiores, mas que não conseguiu utilizar o PEA em determinadas situações. “Fico preocupado com os colegas do interior, os quais não podem se submeter a viagens longas

para resolver um problema que não é de sua alçada. Além disso, o PEA ainda não permite a inclusão de documentos com fotos (arquivos extensos) e é essa transição que nos preocupa, pois o prazo não espera”. O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, informou que é fundamental atender o pleito da ordem em suspender a extinção do Protocolo Integrado até a consolidação do PEA. “Há muitos servidores que não conhecem a ferramenta ou nunca ouviu falar nela”.

Alvarás judiciais online - Em breve, a advocacia contará com uma novidade que será lançada pelo Tribunal de Justiça: a expedição de alvarás judiciais de forma online. A informação foi transmitida à diretoria da OAB/MT e presidentes de subseções pelo presidente do TJMT durante a realização do Colégio de Presidentes de Subseções em Sinop. A iniciativa implicará em maior grau de celeridade nas resoluções das vinculações dos depósitos judiciais e suas liberações, por meio do Alvará Eletrônico, podendo ser acompanhado em tempo real tanto a evolução do saldo quanto o efetivo pagamento. Para auxiliar os advogados na utilização do Sistema Siscondj 3.0, o TJMT elaborou um guia prático que está sendo entregue aos profissionais do direito contendo passo a passo (12 perguntas e respostas).

Importância da OAB/MT marca a abertura do Colégio de Presidentes

A abertura do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB/MT, na Câmara Municipal de Sinop, foi marcada pela representatividade que a Ordem tem perante a sociedade. As afirmações foram feitas pela vice-prefeita de Sinop, Rosana Martinelli, e pelo deputado federal Nilson Leitão. Eles ressaltaram a importância da instituição na defesa dos interesses da advocacia, mas, sobretudo das causas sociais. O presidente da Seccional, Maurício Aude, pediu ao parlamentar apoio em questões que atuais que envolvem a advocacia no Congresso Nacional. “Contamos com sua colaboração em assuntos como a inclusão dos advogados no simples nacional e a manutenção do exame de ordem, o qual garante ao cidadão a oportunidade de ser defendido por profissionais qualificados e que é imprescindível para a

segurança da sociedade”.

Conquistas - Aude lembrou as lutas constantes e realizações de agravos públicos contra atos praticados por algumas autoridades, bem como a concessão pelos tribunais de Cuiabá de férias aos advogados no final do ano passado, a criação das Comissões de Defesa dos Honorários Advocatícios, de Acesso à Justiça e de Fiscalização dos Gastos Públicos, as quais, respectivamente, têm denunciado grandes escritórios pela prática de tentar firmar contratos advocatícios com percentuais ínfimos e por alcançar 67,69% de êxito na celeridade de processos em trâmite na justiça comum. “Não podemos nos esquecer dos Tribunais de Ética e Disciplina, pela celeridade nos julgamentos de processos ético-disciplinares; e de Defesa das Prerrogativas, o qual tem



se empenhado constantemente na defesa dos direitos dos advogados e advogadas, principalmente de Sinop, pelas diversas arbitrariedades praticadas por alguns juízes, das Comissões Temáticas, da Ouvidoria, da ESA/MT por grandes parcerias como a Mackenzie, Comitê Gestor do OAB/MT 80 Anos e subseções. Somente com a união de

todos nós é que continuaremos vencendo”.

O presidente da OABSinop, Felipe Guerra, informou que a subseção está prestes a ser elevada para entrância especial e que também já conseguiu junto ao município a doação de um terreno contendo 4,5 mil metros quadrados para a construção de uma nova sede.

DIRETORIA

Comarcas precisam de mais juízes

A Seccional encaminhou ofício ao Tribunal de Justiça requerendo mais magistrados para atuar nas Comarcas de Juara, Tabaporã e Porto dos Gaúchos para que se evitem mais prejuízos à prestação jurisdicional. O pedido levou em consideração que na Comarca de Juara tramitam 13.213 processos distribuídos entre duas varas, incluindo o juizado especial. A juíza titular da Segunda Vara está gestante e de licença médica por seis meses sendo que este afastamento fará com que o magistrado da Primeira Vara deverá assumir as atribuições daquela juíza ficando, assim, assoberbado de trabalho. Além disso, por decisão do TJMT, o juiz lotado na Comarca de Tabaporã, que também respondia pela Comarca de Porto dos Gaúchos, foi afastado de suas funções, vindo o juiz da Primeira Vara de Juara cumular as referidas varas. A diretoria da Ordem aguarda um posicionamento urgente do TJMT no sentido de resolver a situação o mais breve possível.

Fechamento - Em virtude das inseguranças vivenciadas pela advocacia e pela sociedade sobre o possível fechamento de algumas comarcas, a diretoria da OAB/MT questionou o presidente do TJMT sobre a veracidade da informação. “Temos um relacionamento muito próximo com o Tribunal e felizmente ouvimos a notícia que queríamos e todos podem ficar tranquilos que comarcas não serão fechadas”, destacaram os representantes da Ordem. O presidente do TJMT informou que, embora seja favorável à extinção de muitas comarcas, isso não acontecerá durante sua gestão. Ressaltou que está havendo a mudança de competência de muitas varas e que haverá uma consultoria financiada pelo CNJ em diversas comarcas, a começar pela de Cáceres, com o objetivo de analisar a prestação jurisdicional.

Esforços da OAB/MT são reconhecidos pelo TJMT



O convite feito pela diretoria da OAB/MT ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando de Almeida Perri, para que participasse do Colégio de Presidentes de Subseções serviu para integrar ainda mais as duas instituições, pois o magistrado participou de uma tarde inteira de debates, oportunidade em que ouviu dos advogados as dificuldades que enfrentam no dia a dia da profissão. Ele reconheceu a luta diária da OAB/MT na busca de melhores condições de trabalho e frisou que tem colhido inúmeras sugestões da Seccional.

Os presidentes de subseções questionaram o desembargador sobre a quantidade insuficiente de magistrados e servidores em todas as comarcas e ele informou que para atender toda a demanda seriam necessários 38 magistrados, mas que atualmente há em andamento concurso para juízes, o qual resultará na nomeação de 12 candidatos. Quanto ao número de servidores, acrescentou que o déficit é de pouco mais de 600 e que pretende realizar concurso já no mês de julho para o preenchimento de 250 vagas, sendo 230 para técnicos e

20 para analistas.

O balanço feito pelo magistrado e explanado aos presidentes de subseções foi elogiado pela diretoria da OAB/MT. “O que queremos é ouvir a verdade e estamos conseguindo. A transparência no relacionamento entre OAB/MT e TJMT tem sido um dos pontos chave para tentarmos mudar esse cenário que a advocacia e os jurisdicionados estão enfrentando. Avançamos muito, mas é preciso continuar lutando em prol da nossa classe, pois temos certeza de novas conquistas”, consignaram os representantes da Seccional.

A presidente da Subseção de Pontes e Lacerda, Janete Garcia de Oliveira Valdez, elogiou o presidente do TJMT “por estar antenado com o que está acontecendo nas comarcas em virtude das inúmeras reuniões com a OAB/MT e também por conta das atuais visitas que tem feito ao interior. Na nossa comarca não falta juiz, mas nossa única reivindicação é para que produzam mais”.

Sobre a situação nas comarcas, o desembargador Orlando Perri concluiu que quer estar mais presente para conhecer a fundo a realidade de cada uma.

Produtividade de juízes em debate

A baixa produtividade de magistrados tem causado preocupação na OAB/MT e nas subseções e foi um dos assuntos tratados com o presidente do TJMT durante a realização do Colégio de Presidentes de Subseções. De acordo com a diretoria da Seccional, um dos motivos que levantou a discussão foi o Relatório Justiça em Números de 2013 – referente ao ano de 2012 – apresentado pelo CNJ em que aponta Mato Grosso como terceiro pior Estado entre os que têm tribunais de justiça de médio porte em produtividade dos juízes.

O presidente da Subseção de Sinop, Felipe

Guerra, informou que tem percebido a falta de critérios na contratação de assessores jurídicos. “Há a necessidade de concursos para que essas pessoas ocupem cargos importantes como esses. A partir do momento que isso ocorrer, certamente o trâmite processual será mais célere, o número de recursos diminuirá, o que acarretará mais garantias aos próprios servidores e jurisdicionados”.

O advogado de Cáceres Vinícius Cintra sugeriu ao presidente do TJMT a contratação de mais assessores para os gabinetes das varas das comarcas. “Percebemos que o TJMT tem pago

valores interessantes, o que não se pode dizer quando se trata de analistas. Aumentar a quantidade de assessores, principalmente nos juizados especiais, seria ideal”.

O presidente do TJMT frisou que não há ninguém que apoia mais assessores do que ele e que já pensou nessa possibilidade, mas foi impedido por falta de orçamento. Em contrapartida, acrescentou que está regulamentando o processo para a implementação de serviço voluntário, ou seja, cada juiz poderá convocar pessoas para atuarem em seus gabinetes de forma voluntária.

DIRETORIA

Nota à Sociedade (Operação Ararath)

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL MATO GROSSO, por sua Diretoria, no uso das atribuições que lhe garantem a história e o art. 44, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, dirige-se à população e à sociedade civil organizada do Estado de Mato Grosso para:

REGISTRAR sua preocupação quanto aos fatos até aqui desnudados pela Operação Ararath, os quais fazem recair a suspeita de práticas de crimes gravíssimos sobre membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Estadual;

EXTERNAR o apoio incondicional ao STF, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, para que prossigam na persecução criminal, atuando de forma livre e eficiente, sempre respeitando o devido processo legal e o princípio da legalidade;

ANOTAR que acompanhará par e passo todos os próximos procedimentos da Operação Ararath em verdadeira vigília, cobrando os órgãos de investigação para que não esmoreçam, afinal de contas é imprescindível que a sociedade tenha uma resposta no menor tempo possível;

INFORMAR que requisitará cópia integral dos autos - com o compromisso de manter incólume o sigilo - a fim de assim lhe ser permitido fiscalizar com mais eficiência;

ASSEGURAR que exigirá, durante as investigações, que seja assegurado aos advogados exercer livremente a profissão com todas as garantias previstas na lei 8.906/94;

DEIXAR CLARO, com toda a veemência que o caso requer, que assim como todos os setores da sociedade, não mais suporta tanta suspeita recaindo sobre a classe política e sobre membros dos poderes constituídos, os quais deveriam atuar dentro dos limites dos interesses republicanos;

CONCLAMAR a população e a sociedade civil organizada do Estado de Mato Grosso a dar as mãos à OAB/MT neste momento tão importante e sobre o qual devemos ter a mais absoluta atenção, participando dos atos de cobrança a vigilância;

É chegado o momento da sociedade civil organizada e da população do Estado de Mato Grosso, em união com a OAB/MT, exercer plenamente a cidadania.

Cuiabá/MT, 25 de maio de 2014.

DIRETORIA DA OAB/MT

OAB/MT consegue trancamento de ação penal contra advogado

A atuação da OAB/MT na defesa das prerrogativas dos advogados e das advogadas foi destacada pelo presidente da Seccional, Maurício Aude, na solenidade de entrega de certidões. “Conseguimos na semana passada o trancamento de uma ação penal movida contra um advogado de Sinop que, na petição inicial, buscava o benefício da justiça gratuita para seu cliente. O juiz entendeu que seria um documento falso e representou criminalmente o colega. A OAB/MT ingressou com habeas corpus e conseguiu o trancamento da ação penal”.

Maurício Aude destacou que historicamente, a Ordem defende não apenas a advocacia, mas também a sociedade e, por isso, é uma das instituições de maior respeitabilidade no país. Abordou a atuação da diretoria da Seccional também na fiscalização



das denúncias que pairam sob autoridades políticas e agentes públicos investigados na Operação Ararath da Polícia Federal e leu a Nota à Sociedade em que se manifestou sua preocupação com os fatos, afirmando que acompanhará todos os passos da

investigação. “Já pedimos à Justiça Federal as cópias de todo o inquérito, diante da quebra de sigilo do juiz federal, e vamos fiscalizar com rigor”.

Ao todo 76 estagiários e 45 advogados prestaram compromisso e receberam as boas vindas da

presidente da Comissão de Sociedade dos Advogados, Yaná Cerqueira. “É uma das profissões mais nobres, tem suas prerrogativas garantidas e possui múnus público garantido pela Constituição Federal. Porém, exige responsabilidade”.

OAB/MT sugere medidas para estacionamento do TRT/MT

A finalização do estacionamento do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso foi alvo de uma reunião entre o presidente do TRT/MT, desembargador Edson Bueno, o secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, e o presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone. Também estavam presentes a desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, o juiz auxiliar Plínio Gevezier Podolan e o diretor geral do Tribunal, José Barbosa.

Os advogados procuraram saber em que situação se encontra a obra iniciada no ano passado. Daniel Teixeira argumentou que há reclamações de profissionais que, por falta de vagas, precisam parar distante, já que a dificuldade de estacionar próximo ao prédio também é grande. “Há ainda uma perda de 30 a 40% de espaço pela falta de sinalização no estacionamento. Os advogados

idosos e portadores de necessidades especiais têm dificuldades maiores. A nossa preocupação é com o uso do espaço pelo público em geral e servidores de outros órgãos, sendo que deveria ser exclusivo para os profissionais da advocacia e partes dos processos”.

Marcos Avallone sugeriu a instalação imediata de guarita com um funcionário da OAB/MT para controlar o fluxo de pessoas e conferir o uso do espaço enquanto não finalizar a obra. “Pode ser instalada uma cancela com uma placa informando que é exclusivo para partes e advogados de forma a coibir o uso por pessoas de fora. É uma solução paliativa até a entrega do espaço finalizado”.

O des. Edson Bueno explicou que houve um



problema com a aplicação do produto de impermeabilização do espaço do estacionamento pela empresa vencedora da licitação. O magistrado informou que já foi verificado o prazo para a finalização e a empresa solicitou 30 dias para nova aplicação do produto. “Só depois poderemos fazer as marcações. Mas, podemos atender essa sugestão e instalar a cancela. O layout da nova sinalização já foi estudado e planejado”, ressaltou.

Sala em Campo Novo do Parecis - Ainda durante

a reunião, o presidente do TRT/MT tratou do pedido encaminhado via ofício pelo presidente da OAB de Campo Novo do Parecis, Samir Ramos, a respeito da liberação de espaço para a Sala do Advogado na Vara Trabalhista. O magistrado explicou que há um grande número de processos a serem arquivados e descartados e não há espaço disponível. “Vamos pedir ao presidente da Subseção um pouco de paciência, mas o prazo para a solução dessa questão está estimado entre 90 e 120 dias”.

DIRETORIA

OAB/MT pede disponibilização de acórdãos da TRU

Para facilitar o acesso aos profissionais da advocacia, especialmente aos que residem no interior de Mato Grosso, a OAB/MT requereu ao presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que determine ao setor de Tecnologia da Informação dos Juizados Especiais a disponibilização na íntegra, no sistema Projudi, dos acórdãos proferidos pela Turma Recursal Única. Conforme o presidente da Seccional, Maurício Aude, a reivindicação partiu de muitos advogados que moram no interior do Estado.

OAB/MT requer que Conselho Nacional investigue membros do MP

A diretoria da OAB/MT encaminhou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) as notícias jornalísticas a respeito de suposto envolvimento de membros do Ministério Público do Estado com acusados de lavagem de dinheiro denunciados na Operação Ararath. O presidente da Seccional, Maurício Aude, requereu que o CNMP investigue o caso e também encaminhou à Justiça Federal requerimento para obter cópias do inquérito que investiga dezenas de pessoas, entre eles autoridades do Estado e políticos.

“Diante da quebra de sigilo da ação em tramitação na 5ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, pelo juiz federal Jeferson Schneider, pedimos cópias de todos os documentos para melhor fiscalizar e cobrar efetividade das investigações.

Lembramos que os nomes dos advogados acusados de envolvimento no caso também estão no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MT para apuração”.

Os nomes do procurador-geral de Justiça, Paulo Prado e de vários promotores e procuradores teriam sido encontrados em uma suposta lista apreendida durante as investigações da Polícia Federal na residência do ex-secretário de Fazenda Éder Moraes.

Paulo Prado rechaçou qualquer tentativa de intimidação, esclarecendo que a lista apresentada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal refere-se a pagamentos de cartas de créditos de origem lícita, pagas a quem possuía direitos trabalhistas e que as negociações foram feitas com deságios de mais de 25% e o pagamento parcelado em 12 vezes, sem correção monetária.

Conselheiro federal apresenta ações do CFOAB

O secretário-geral adjunto do Conselho Federal e conselheiro federal pela OAB/MT Cláudio Stábile Ribeiro participou de reunião do Conselho Pleno da instituição, na sede da Ordem, e explicou aos conselheiros estaduais os trabalhos que vem desenvolvendo em Brasília em prol da advocacia. Registrou a aprovação do Projeto de lei Complementar nº 295, de 2013, que “altera a Lei Complementar nº 123/2006 - Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para incluir os serviços advocatícios, exercidos por micro e pequenas sociedades de advogados, entre aqueles que podem optar pelo regime de tributação do Simples Nacional. “Fomos à Câmara dos Deputados ressaltar a importância do Supersimples para a advocacia, principalmente para os jovens advogados e agora vamos lutar pelo enquadramento da tributação em 11%”.

Stábile lembrou que o Conselho Federal vem atuando de maneira incisiva para que seja tipificado como crime a violação às prerrogativas profissionais dos advogados, cujo Projeto de Lei 5.762/05 já foi aprovado, à unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. “Estamos trabalhando para que a OAB passe a figurar no polo ativo das ações dessa natureza junto com o Ministério Público. Também não podemos nos esquecer que a OAB ajuizou uma Adin no STF objetivando proibir o financiamento de campanhas eleitorais. Seis ministros já votaram a favor da Adin e o ministro Gilmar Mendes pediu vistas dos autos. Hoje, infelizmente, não vemos mais discussões programáticas”.

Outra notícia foi a de que o Conselho Federal está atuando junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o aperfeiçoamento do Processo



Judicial Eletrônico (PJe). Cláudio Stábile frisou que a instituição está lutando permanentemente pela inclusão dos advogados no processo eletrônico. Por fim, disse que instituiu metas para o julgamento de processos ético-disciplinares no Conselho Federal, destacando que os processos distribuídos até 2009 devem estar concluídos, em todo o Brasil, até 31 de julho deste ano, e convidou todos os advogados do Estado para participar da XXII Conferência Nacional dos Advogados que ocorrerá no período de 20 a 23 de outubro de 2014, nos pavilhões 3 e 4 do Riocentro, no Rio de Janeiro.

Diretoria apoia servidores do Judiciário em reivindicações

A diretoria da OAB/MT se solidariza com a luta dos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso que fizeram manifestações no fim de abril por melhores condições de trabalho. O presidente da Seccional, Maurício Aude, ressaltou que a Ordem apoia as reivindicações “para que possam, via de consequência, contribuir com a efetividade, com a celeridade e com a razoável duração do processo”.

As reivindicações trataram da criação e efetivação de um plano de carreira e a aplicação de verba para melhoria salarial, entre outros. “Os advogados e, em conse-



quência, a sociedade, são os que mais sofrem com o resultado dessas deficiências nas varas”.

Alguns servidores procuraram a OAB/MT para agradecer o apoio recebido da diretoria e afirmou que não há indicativo de greve. Eles explicaram

que há muita evasão de funcionários concursados desestimulados com os baixos salários e compararam que o salário base dos analistas judiciários é de R\$ 3,6 mil e o técnico recebe R\$ 1,8 mil no Poder Judiciário; sendo que no Ministério Públi-

co o analista recebe R\$ 5,8 mil. Explicaram que a defasagem é grande e muitas unidades constam apenas com um servidor e dois ou três estagiários para despachar processos, atender advogados e partes e as demandas internas.

DIRETORIA

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, recebeu três representantes de um grupo de candidatos aprovados no concurso público da Assembleia Legislativa solicitando apoio para as nomeações. Edmundo Felix, Newton Gomes Evangelista e Renan Cunha entregaram documentos publicados no portal da transparência

da ALMT que demonstram a existência de muitos servidores comissionados e contratados. “Hoje, 74% do pessoal é comissionado, o que faz com que os efetivos fiquem sem vez e voz dentro da instituição”, resumiram. Acrescentaram estar indignados em virtude do edital dispor que as vagas são de nomeação imediata, o

que não está ocorrendo.

“Éramos para ser chamados em fevereiro e até agora nada”, questionaram. Em decorrência dos relatos, Maurício Aude informou que oficiará a ALMT no sentido de buscar informações sobre a real situação. “Vamos buscar o porquê da demora nas nomeações e,



com base na resposta, estudar a maneira mais conveniente de ajudar os aprovados a serem

nomeados”.

O concurso da ALMT ofereceu 430 vagas, sendo 168 para

preenchimento imediato. Os salários variam entre R\$ 2.286,22 e R\$ 6.057.

OAB/MT requer suspensão de prazos na Justiça Federal durante greve

A diretoria da OAB/MT requereu suspensão dos prazos processuais no período em que perdurar a greve dos servidores da Justiça Federal, “evitando-se graves prejuízos aos jurisdicionados”. O ofício foi encaminhado ao diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Paulo Cezar Alves Sodré. Conforme o presidente da Seccional, Maurício Aude, os advogados e partes estão impedidos de realizar atos processuais e algumas serventias estão com as portas trancadas, “impedindo assim o acesso aos autos, acarretando inegáveis prejuízos com a preclusão processual”. A preocupação é que os prazos processuais estão fluindo normalmente, inclusive com citação e intimação de advogados e partes para cumprimento de expedientes.

Para a diretoria da OAB/MT não seria razoável que os usuários do Judiciário Federal “fiquem aguardando indistintamente o restabelecimento do sistema para a realização dos atos e acesso aos processos”. A greve foi deflagrada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal de Mato Grosso no último dia 29 de abril por tempo indeterminado. Na pauta de reivindicações estão as lutas contra a defasagem salarial, contra a PEC 59 e contra a criação de carreiras exclusivas, dentre outras.

Maurício Aude

A oportunidade de crescimento da Capital e de todo o Estado de Mato Grosso se apresentou clara há alguns anos, quando Cuiabá foi eleita uma das subdesdes da COPA 2014. Queríamos todos crer que o Estado de Mato Grosso não deixaria passar o bonde da história, sem aproveitar as benesses que poderiam advir com o evento.

É indubitável que a torcida sempre foi para que tudo desse certo, tudo se concretizasse, tudo se realizasse e rendesse frutos à população, restando ao fim um legado de obras, oportunidades e de qualidade de vida àqueles que residem e visitam Cuiabá e seus arredores.

Pulularam obras aqui e acolá na Capital. Por onde andamos, esbarramos em obras de mobilidade urbana. São viadutos, trincheiras, a arena, o novo modal de transporte, escavações, elevações, perfurações, poeira e um número incontável de incômodos que atingiram e ainda, infelizmente, atingirão por muito tempo aqueles que esperam o progresso.

A multiplicidade das obras, que de início trouxe a esperança de que Cuiabá seria uma grande anfitriã, digna de elogios por parte dos visitantes e de orgulho estampado no rosto dos residentes, passou a ser um verdadeiro tormento, bem assim motivo de desconfiança no que dizia respeito à efetiva entrega antes do evento mundial.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso, desde o início da gestão 2013/2015, por sua Diretoria, Conselho Seccional

Apesar de vocês

e inúmeras Comissões, esteve sempre atenta ao andamento das obras, constantemente cobrando informações que viabilizassem o controle social e que permitissem aos cidadãos cuiabanos ter conhecimento, ao menos, do tempo ainda necessário para a efetiva finalização desta e daquela obra.

Todavia, como é público e notório, muitas foram as manobras engendradas pela SECO-PA/MT para sonegar tais informações, tendo sido necessária a impetração de Mandado de Segurança pela OAB/MT, cuja liminar ordenou que aquela Secretaria informasse à Ordem as datas de entrega de todas as obras, tanto aquelas que faziam parte da matriz de responsabilidade, quanto aquelas tantas que foram prometidas.

Muito daquilo que se respondeu quanto ao término das obras não foi cumprido pela SECO-PA/MT e pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Infelizmente a omissão, a mentira e a incompetência foram a tônica nesses últimos anos.

As obras de mobilidade urbana não ficaram prontas, os Centros de Treinamento também não, o estacionamento do entorno da arena idem, o aeroporto muito menos, o Fan Fest ficou improvisado, não há sinalização nas ruas e avenidas, o VLT não saiu de seu ponto inicial, sem contar outras tantas promessas não cumpridas e obras inacabadas.

Estamos todos, habitantes da Capital, ruborizados pela cidade que receberá os turistas estrangeiros e, porque não dizer, brasileiros também, não obstante estarmos todos imbuídos do desejo e do compromisso de nos esforçarmos para mostrar o lado bom da Cidade



Verde.

Ao menos nos resta a consciência de que Cuiabá é uma linda cidade e é infinitamente maior – em sua história e em seus potenciais – que os gestores do Estado e do Município – que um dia passarão – os quais se responsabilizaram por cuidar e zelar da cidade e fazer dela uma subdesde que despertasse admiração e o desejo de todos em voltar.

O bonde da história passou e nenhum ponto turístico da Capital, de seus arredores e, especialmente, de Chapada dos Guimarães foi incrementado de modo a permitir um atendimento mais digno aos turistas – que talvez durmam em colchonetes nas escolas públicas – haja vista nosso Centro Histórico, o Veu de Noiva, o Portão do Inferno e tantos outros locais que poderiam ser

atrativos aos visitantes.

A OAB/MT continuará no exercício das atribuições que lhe conferem a história e a lei, fiscalizando e exigindo informações e documentos. Nos próximos dias, ladeada pelo CREA e pelo CRC, impetrará novo mandado de segurança, objetivando ter acesso a contratos, aditivos, medições e cronogramas físico-financeiros que foram solicitados e negados.

De posse desses documentos, analisaremos o andamento das obras no que concerne à legalidade das contratações, qualidade das obras e correção dos gastos públicos, eventualmente tomando as medidas que forem necessárias, provocando os órgãos de controle a agirem e a eventualmente responsabilizarem os culpados.

Não nos quedaremos inertes e nem silentes, pois estaremos alertas na defesa do interesse público. Mas fique tranquila Cuiabá, assim como canta o hino sobre o Mato Grosso, todos acreditamos e faremos de tudo para que o seu progresso seja imortal como a Fênix, apesar dos pesares.

E aos Senhores Gestores que não cumpriram os seus papéis, resta lembrar Chico Buarque, que certa feita cantou: “Hoje você é quem manda falou, tá falado, não tem discussão. A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu. Você que inventou esse estado e inventou de inventar

toda a escuridão. Você que inventou o pecado, esqueceu-se de inventar o perdão. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia.”

Maurício Aude é presidente da OAB/MT

COMISSÕES

Advocacia tributarista em Mato Grosso é desafio



Um debate de alto nível marcou a programação do “1º Encontro de Advogados Tributaristas de Mato Grosso” na OAB/MT. Palestrantes de diferentes estados brasileiros abordaram temas atuais e o presidente da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte e membro da Comissão Nacional de Direito Tributário, Darius Canavarros, lançou um desafio: “há poucos advogados tributaristas em Cuiabá. Precisamos trazer a cultura da advocacia tributarista. Estamos vivendo um momento muito importante no Estado e de reconhecimento em nível nacional”. Aproximadamente 210 pessoas se inscreveram para o encontro.

A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, representou a diretoria e deu as boas vindas aos juristas que aceitaram vir de seus



estados para contribuir para o debate. Observou que a Seccional tem sido elogiada por sediar eventos semelhantes a exemplo do 1º Congresso Nacional de Defensores Honorários Advocáticos, ocorrido ano passado; e do 1º Congresso Brasileiro de Processo Eletrônico.

Para o presidente da CAA/MT, Leonardo Campos, o encontro é uma oportunidade ímpar. “Vivemos uma realidade difícil no país com a reforma tributária que nunca se realiza. A OAB vem lutando pela inclusão dos serviços advocatícios no Simples

e não podemos fugir a essa pauta”.

O primeiro palestrante foi o advogado de São Paulo, Igor Mauler Santiago, que abordou “A advocacia tributária nos Tribunais Superiores”, ressaltando de início a dificuldade em atuar junto ao STJ e STF há cerca de 10 anos. Igor Santiago elogiou a iniciativa do encontro e disse ser uma honra falar para um público repleto. Em seguida, o advogado Gustavo Henrique Vasconcelos Ventura, de Pernambuco, abordou “A prova no direito tributário”. “A advocacia nos tribunais

administrativos”, foi tratada pelo presidente da Comissão Nacional de Direito Tributário, Jean Cleuter Simões de Mendonça, do Amazonas. Victor Humberto Maizman, de Mato Grosso, falou da “Advocacia tributária em Mato Grosso em debate”, e Maurício Faro, do Rio de Janeiro, dos “Julgamentos secretos nos processos administrativos tributários”. Os debatedores foram os advogados José Gomes de Lima Neto, Pedro Paulo Peixoto, Mario Marquardt, Carlos Montenegro e Lorena Gargaglione.



CAA / MT

CAA/MT prepara campanha estadual de imunização contra a gripe

O Dia dos Advogados é somente em agosto, no dia 11. Entretanto, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já iniciou os trabalhos que culminarão em uma extensa programação para celebrar a data. Uma das principais ações a serem executadas é a campanha de vacinação. Para tal fim, a entidade requereu, junto à OAB Nacional, 1.200 doses da vacina de influenza trivalente. Ao todo, será investido R\$ 1 milhão para a compra de 40.000 doses.

“Há tempos, a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad) buscavam realizar uma campanha de vacinação nacional. Com a intermediação do Conselho Federal

e a adesão de todas as CAA's do país, foi possível a aquisição de doses contra a gripe a preço de custo. Agora, estamos no aguardo da liberação e entrega das vacinas”, explica o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos.

Ele adianta que as vacinas serão distribuídas entre as Subseções que manifestarem interesse e dispuserem de local e equipe adequados para a realização do procedimento. “Em Cuiabá, disponibilizaremos as doses em nossos eventos e, para facilitar o acesso dos profissionais do Direito, percorreremos os escritórios de advocacia”.

Em março, durante a programação do Março Sempre Mulher, 200 vacinas contra gripe foram oferecidas, gratuitamente, aos advogados e estagiários de Cuiabá.

A VACINA - De



acordo com a enfermeira contratada pela Concad, Marta Carvalho, a vacina influenza trivalente é composta por três variações de vírus (segundo determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o hemisfério sul): A/Califórnia/7/2009(H1N1), A/Victoria/2011

(H3N3) e B/Massachusetts 02/2012.

As doses terão suas aplicações vetadas nas seguintes situações: pessoa com alergia à proteína do ovo, do frango ou derivados; pessoa com febre alta nas 24 horas anteriores à vacinação; gestantes ou lactentes sem orientação médica.

Em discurso, Leonardo Campos defende o respeito à advocacia

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Leonardo Pio da Silva Campos, participou, no dia 09 de maio, da abertura do III Colégio de Presidentes das Subseções da OAB/MT e Delegados da CAA/MT. A solenidade – realizada na Câmara de Vereadores de Sinop – contou com a presença de autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, além dos advogados que atuam na região.

Além de prestar contas do trabalho realizado desde o início da segunda gestão, em 2013, Leonardo Campos destacou várias situações cotidianas que desrespeitam, direta e indiretamente, os Operadores do Direito. “Como fechar os olhos e calar-se diante dos inúmeros casos de desrespeito ao profissional da advocacia? De que adianta oferecermos uma gama de serviços na área social e de saúde se os advogados têm suas prerrogativas ignoradas? O problema é mais comum do que imaginamos. Vai desde o desrespeito ao pagamento de honorários justos, qualidade dos serviços judiciais prestados, passando pelo tratamento nada cortês nos fóruns e perseguições de toda natureza”.

Outro ponto colocado pelo presidente da CAA/MT foi a mudança de gestão do Poder Judiciário. Para ele, é necessário haver uma maior aproxima-



ção com a sociedade. “O Poder Judiciário tem que estar mais antenado com o povo, tendo um plano de ações e metas pensado para o futuro e que não venha apenas a reboque das demandas. Afinal, justiça a qualquer preço e tempo não é justiça”.

Leonardo Campos destacou a importância do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB/MT e Delegados da CAA/MT para a valorização da classe. “Advogado respeitado é cidadão valorizado. A causa

da advocacia não exclui a causa da República. Esse encontro representa a família OAB com o propósito de construção de uma sociedade melhor”. Finalizou seu discurso pedindo engajamento dos Operadores do Direito na busca pela duplicação da BR 163, rodovia em que vários advogados perderam suas vidas. “Vamos cobrar, acionar e fiscalizar o cumprimento de todos os prazos e metas estabelecidos no contrato de concessão”.

CAA / MT

Equipamentos doados melhoram dia a dia dos profissionais da advocacia

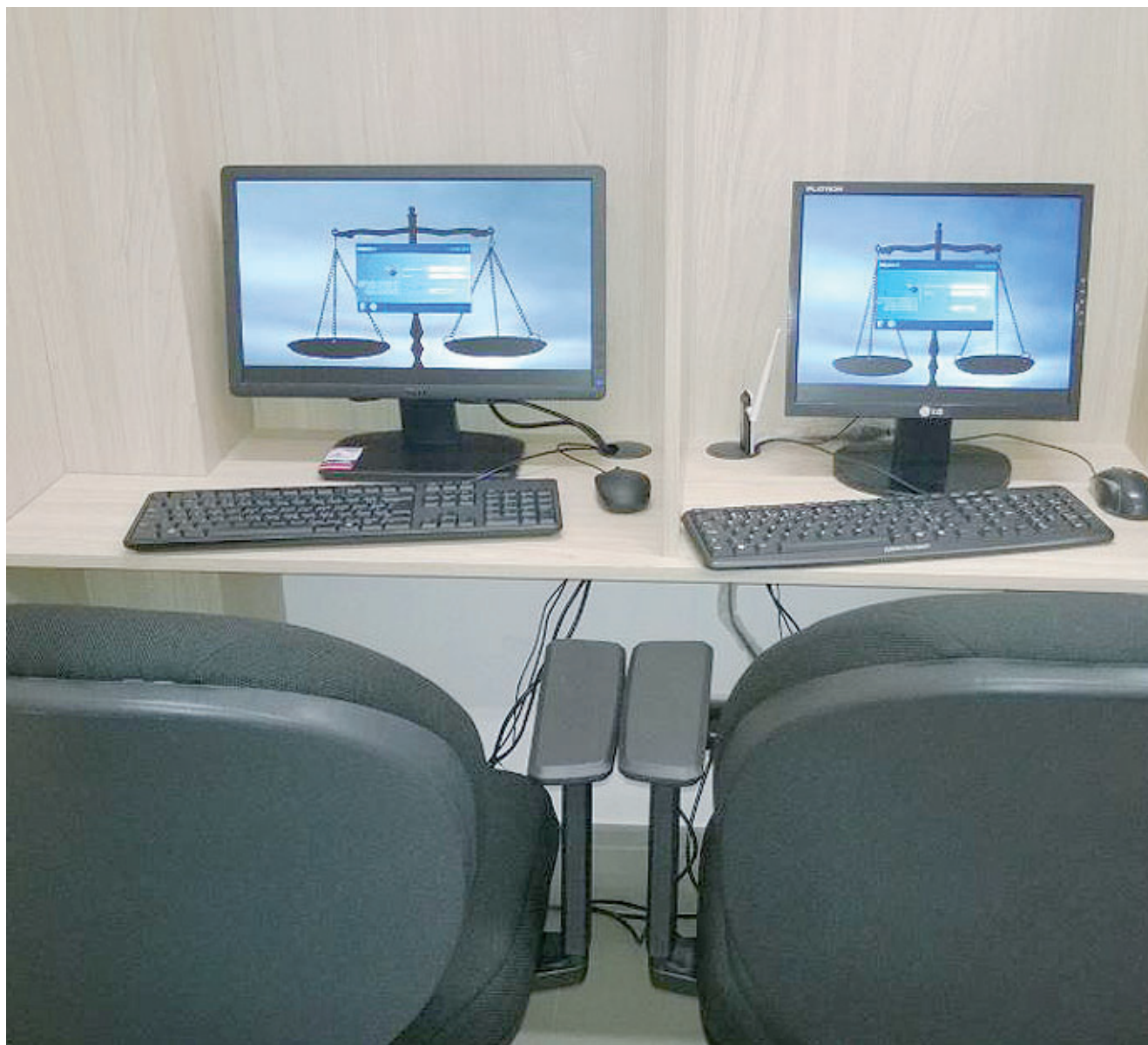
Computadores, scanners, fotocopiadora, projetores, telões e aparelhos de ar-condicionado. São os equipamentos doados pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) às Subseções da OAB/MT visando ao auxílio dos advogados em seu dia a dia profissional.

“Graças às doações da Caixa de Assistência, hoje, nossas salas da OAB no Fórum e na Vara do Trabalho possuem dois computadores cada uma que são para uso exclusivo dos advogados”, relata o presidente da OAB Jaciara, Claudinez da Silva Pinto Júnior.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que a entidade direciona seu trabalho para o atendimento das necessidades da classe advocatícia, utilizando os recursos financeiros, por exemplo, para o aparelhamento das Subseções e salas da OAB/MT. “De 2010 para cá, beneficiamos 28 (de um total de 29) Subseções e diversas salas da OAB em Cuiabá e interior do estado, além das comarcas como Poconé e Guiratinga. Com isso, oportunizamos aos colegas melhores condições de trabalho”.

Os computadores e scanners foram adquiridos por meio de convênio nacional firmado pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad) e empresas dos segmentos de informática e suprimentos. A medida possibilitou a compra dos equipamentos por valores aquém dos praticados no mercado. No caso dos projetores e telões, o recurso utilizado é proveniente do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida).

“A doação do projetor e do telão para nossa Subseção veio ao encontro de nosso plano de trabalho que tem, entre outros, o objetivo de promover mais palestras em nosso auditório. Sem dúvida, os equipamentos são de grande serventia para nossa advocacia”, afirma o presidente da Subseção de Primavera do Leste,



Nelson Manoel Júnior.

A iniciativa da CAA/MT foi citada pelo ex-presidente da Subseção da OAB Comodoro e atual Delegado da Caixa de Assistência, Leopoldo Loadyr da Silva Júnior. “A Diretoria sempre demonstra grande presteza no atendimento de nossas necessidades”, declara. A OAB Comodoro recebeu um projetor e um telão no fim do ano passado.

Veja a relação das cidades contempladas

com a doação de equipamentos: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo, Campo Verde, Canarana, Colíder, Comodoro, Diamantino, Guiratinga, Jaciara, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Mirassol d'Oeste, Nova Mutum, Nova Xavantina, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Poconé, Pontes e Lacerda, Poxoréu, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Várzea Grande e Vila Rica.

CAA/MT leva serviços ao interior de MT

Além do atendimento em sua sede, em Cuiabá, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) leva seus serviços aos profissionais que atuam no interior do estado por meio do projeto “Caravana da Caixa”.

Durante o mês de maio, a equipe percorreu as Subseções de Sinop, Alta Floresta, Colíder, Guarantã do Norte e Peixoto de

Azevedo. Além das visitas aos escritórios de advocacia, o atendimento foi feito nos fóruns.

Em todas as Subseções, foram disponibilizados os serviços de adesão ao plano de previdência complementar OABPrev, contratação de seguros e compra de obras jurídicas das principais editoras. Na oportunidade, os advogados puderam sanar dúvidas quanto aos demais benefícios da CAA/MT.

As Subseções da OAB de Primavera do Leste, Alta Floresta e Tangará da Serra receberam a visita do presidente da entidade, Leonardo Pio da Silva Campos, que participou de eventos jurídicos realizados nas localidades.

Ele aproveitou sua passagem pelos municípios para frisar os serviços oferecidos à advocacia pela CAA/MT e prestar contas do trabalho realizado na gestão.



OAB/MT 80 Anos em Sinop é destacada pela integração com a sociedade

A realização do OAB/MT 80 anos em Sinop reuniu muitos participantes e parceiros e chamou a atenção pela integração entre OAB/MT, Subseção de Sinop e a sociedade. A programação também contou com o Colégio de Presidentes e Delegados da CAA/MT. O presidente da Seccional, Maurício Aude, elogiou a organização e agradeceu à Subseção pela parceria e eficiência.

Na abertura foi aberta a exposição de fotos e documentos históricos da Ordem e a galeria de ex-presidentes da Subseção. “Nossos agradecimentos especiais à diretoria de Sinop por ter aceito esse desafio e à presidente da Comissão de Eventos da

OAB Sinop, Xênia Guerra, que, juntamente com uma equipe de advogados e advogadas, foi fantástica na circulação. Todos estiveram muito envolvidos”, observou vice-presidente da Seccional e coordenadora do Comitê Gestor do OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino.

Na Câmara de Vereadores foi realizada uma homenagem ao projeto. O presidente da OAB/Sinop, Felipe Guerra, parabenizou a todos pela integração, registrando que “foi uma satisfação enorme receber a OAB/MT em Sinop. Temos certeza de que esse tipo de evento aproxima muito a entidade da população, o que engrandece o nome

e a imagem da OAB”.

Projeto “OAB Vai à Escola” - A OAB/MT e a Subseção de Sinop realizaram o projeto “OAB vai à escola” com advogados palestrando para 40 turmas de instituições de ensino públicas e particulares. As palestras abordaram bullying, mídias sociais, jovem aprendiz, ECA entre outros. As palestras foram proferidas no Colégio Cristiane Archer Dal Bosco, Centro Educacional Lindolfo José Trierweiler e EMEB Jardim Paraíso. (Fonte: OAB/Sinop)

Painéis - Para os advogados houve debate com os presidentes do Tribunal de Ética e Disciplina,

João Batista Beneti, do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Luiz da Penha, e da Comissão de Defesa dos Honorários Advocáticos, Adriano Carrelo. Um encontro para a jovem advocacia, coordenado pela Comissão do Jovem Advogado da Seccional, com a presença do presidente da OAB/MT, Maurício Aude, o conselheiro estadual Fábio Capilé, e do vice-presidente da Cojad, Mário Medeiros Neto, também marcou a circulação.

OAB/MT Cidadania - A Praça Plínio Callegaro foi palco do encerramento da Circulação atendendo centenas de pessoas. “Soubemos que 214 pessoas aferiram pressão e dessas 67 estavam com

a medição acima dos valores limítrofes. O cidadão era orientado a tomar providências, uma vez que a hipertensão é dos principais fatores de risco de morte. Essa é uma das colaborações do OAB/MT Cidadania, auxiliar a população no cuidado com a saúde”, esclareceu Cláudia Aquino. Durante todo o dia a população teve acesso a serviços gratuitos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Defensoria Pública, Procon, INSS, CAA/MT, OAB Sinop, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Cecitec, CDL, ACES entre outras instituições.



COMISSÕES

Projeto OAB/MT Mulher em destaque

A vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor do OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino de Oliveira, cumpriu agendas em Brasília para apresentar o projeto OAB/MT Mulher e buscar apoio institucional para seu desenvolvimento. Ela visitou a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, onde foi recebida pela assessora parlamentar, Milena Flores; esteve na Secretaria de Mulheres da Câmara Federal, com Valeria Billafan e Lin Israel Santos; e nesta tarde se reúne com Nadine Gasman, representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil.

“Conseguimos



grande adesão dos advogados e das advogadas na proposta do OAB/MT Mulher e queremos expandir nossas fronteiras trazendo a força dessas instituições no sentido de apoiar e desenvolver as propostas que surgirem. Até 2015 visitaremos todo o Estado de Mato Grosso, por meio das subseções da OAB/MT e certamente teremos importantes

frutos para a advocacia e para a sociedade”, pontuou Cláudia Aquino.

O projeto OAB/MT Mulher foi lançado em 2014 pela Seccional Mato Grosso como parte do OAB/MT 80 anos com foco nos princípios do milênio da Organização das Nações Unidas para as Mulheres. Assim, todos os meses uma das 29 Subseções debaterão temas rela-



cionados às questões de gênero e da mulher advogada e apontarão

ações a serem desenvolvidas. Já foram realizadas reuniões

em Sinop, Sorriso, Peixoto de Azevedo e Várzea Grande.

OAB/MT Mulher mobilizou profissionais em Sinop

A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, a presidente da Comissão de Direito da Mulher, Juliana Nogueira, e a presidente da Comissão de Eventos da OAB/Sinop, Xênia Guerra, apresentaram o projeto OAB/MT Mulher e abriram os trabalhos a uma sala lotada na Subseção. Com o apoio da Diretoria da Subseção, participaram dos debates advogadas de Sinop, Sorriso, Peixoto de Azevedo e Cuiabá; além da vice-prefeita da cidade, representantes dos Poderes Executivos Municipal e Estadual, do Poder Judiciário, Apae e Rede Feminina de Combate ao Câncer (Refecs), que tiveram voz e voto nas discussões e decisões aprovadas em plenária.

Cláudia Aquino explicou que o OAB/MT Mulher foi lançado em 2014 pela Seccional como parte do projeto OAB/MT 80 anos, com foco nos princípios do milênio da Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU Mulher). “As ações consistem em reunir não apenas advogadas, mas também os homens advogados, operadores do direito e profissionais de outras áreas para debater violência doméstica, empoderamento da mulher, engajamento nos processos de liderança



e desenvolvimento de políticas de igualdade de gêneros”, destacou. “A Subseção de Sinop está de parabéns pela mobilização o que provocou a adesão de um público tão qualificado”, pontuou Juliana Nogueira. As subseções que já realizaram o projeto OAB/MT Mulher são Várzea Grande, Sorriso e Peixoto de Azevedo. Desse encontro



foi elaborada a Carta da OAB/MT Mulher onde constou, entre outros, o apoio à instalação de uma delegacia da mulher e a criação de Comissão que buscará a efetividade das ações estabelecidas pelas Subseções. A criação junto à delegacia da Casa Abrigo da Mulher em Situação de Violência foi também apontada como necessária.

COMISSOES



“A Ordem não é contra o PJe, mas não concorda com a forma como está sendo implantado ‘atropelando’ a advocacia e a cidadania”, afirmou o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, na abertura do 1º Congresso Brasileiro de Processo Eletrônico na OAB/MT. Presidentes de Comissões de Tecnologia da Informação de Seccionais de vários Estados também participaram do IV do Fórum Permanente de Discussão do Processo Judicial Eletrônico do Conselho Federal no Plenário da Seccional.

O secretário-geral adjunto da OAB nacional e conselheiro federal pela OAB/MT, Cláudio Stábile, ressaltou que as questões relativas ao Processo Judicial Eletrônico são prioridade absoluta e os debates em Cuiabá marcaram as ações efetivadas pela OAB e suas Seccionais.

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, observou que os 12 presidentes de Comissões de TI de Seccionais passaram o dia todo debatendo os rumos que a OAB poderá tomar a partir de agora para defender as prerrogativas dos advogados em relação aos novos sistemas judiciais eletrônicos, em especial, o PJe implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já a representante da Escola Nacional de Advocacia e a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso, Fabiana Curi, abordou a insegurança gerada com o PJe em todo o país, questionando se há garantias de que o sistema impede acessos não autorizados ou alterações por terceiros. E para colaborar com a inclusão dos advogados, a ENA passou a oferecer cursos à distância sobre advocacia eleitoral e também capacitação sobre PJe e certificação eletrônica. Basta acessar o site da OAB nacional e buscar o link da Escola.

As palestras de abertura foram com o presidente da Comissão Tecnologia da Informação da OAB, Luiz Cláudio Allemand, que falou sobre a política do Conselho Federal sobre o Processo Eletrônico. A presidente da Comissão de TI da OAB/RJ, Ana Amélia Menna Barreto, falou sobre o Processo Eletrônico e violação tecnológica das prerrogativas.

As palestras abordadas foram “Os desafios do processo eletrônico para os tribunais”, com o juiz do trabalho Plínio Podolan; “as mudanças nos Tribunais com o PJe”, com juiz estadual Lídio Modesto; “EAD como ferramenta de inclusão digital” com o advogado Miguel Ramos (OAB/RS); “Certificação digital” com Leonardo Gonçalves, da Certisign; “Crimes digitais e responsabilidade na internet”, com Rafael Maciel; “Comércio eletrônico e legislação”, com Maria Eugênia; e “Lei do software e propriedade intelectual”, com o presidente da Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Autoral da OAB/MT, Geraldo Macedo.

Codel destaca ações - O presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, divulgou informações sobre os debates realizados durante o Encontro de Presidentes das Comissões de Tecnologia da Informação das Seccionais e IV do Fórum Permanente de Discussão do



Processo Judicial Eletrônico do Conselho Federal. Foram debatidos 18 temas que constam da Carta de Cuiabá, dentre eles a 1) padronização plataformas de processo eletrônico; 2) portal da justiça; 3) informações sobre indisponibilidade; e 4) padronização do sistema PJe, os quais consideram de maior relevância.

Curso Nacional sobre PJe - Os advogados e advogadas que atuam no Estado participaram também do “Curso Nacional sobre Processo Judicial Eletrônico (PJe)” com aulas teóricas e práticas durante um dia inteiro no auditório da OAB/MT. A

programação foi coordenada pela Comissão de Direito Eletrônico da Seccional e Escola Superior de Advocacia (ESA/MT), em parceria com o Conselho Federal da OAB e Escola Nacional de Advocacia (ENA). No período matutino foram abordadas as legislações que regulamentam o PJe, tais como as Resoluções 121 do CNJ e 94/2012 do CSJT; como preparar o computador para uso do certificado digital; a criação e utilização do documento eletrônico e outros. E no período vespertino foram realizadas aulas práticas do peticionamento eletrônico e todos os passos do processo.



COMISSÕES

Comissão destaca nomeação de juíza para Vara da Infância

A designação de uma juíza para atuar exclusivamente na 2ª Vara da Infância e Adolescência de Cuiabá foi solicitada com urgência pela OAB/MT e o Ministério Público Estadual e atendida pelo Tribunal de Justiça. A Seccional recebeu ofício informando a nomeação da juíza Rachel Martins para jurisdicionar na unidade a partir de 2 de maio. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, encaminhou o pedido diante da complexidade dos processos em tramitação na referida vara. “Agradecemos a agilidade do atendimento e esperamos que haja maior celeridade processual e efetividade na prestação jurisdicional”.

Para a presidente da Comissão da Infância e Juventude, Marizete Bagatelli, apesar da nomeação o número de varas é insuficiente para a demanda da capital diante da falta de estrutura e de prioridade por parte dos poderes públicos nas questões relativas aos adolescentes que praticam infrações. “Atualmente Cuiabá conta com duas Varas Específicas da Infância e Juventude e cujos magistrados, sem sobra de dúvidas, não medem esforços para garantir a efetividade da prestação jurisdicional, mesmo diante de tantos obstáculos”. A presidente da CIJ deseja sucesso à magistrada que acabou de assumir. “Enquanto Comissão da Infância e Juventude da OAB/MT, nós nos colocamos à disposição”.

Campanha contra exploração - A presidente da CIJ participou do lançamento da Campanha Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Instituto Dante de Oliveira, a qual foi desenvolvida em parceria entre Secretaria de Direitos Humanos e Social de Cuiabá, Sindicato dos Hotéis e Similares e Grupo Energisa, que estará veiculando na conta de energia elétrica mensagem sobre a campanha. “O intento é atingir um público de mais de um milhão de residências e empresas, que receberão sua conta de energia com a nota da Campanha “Não desvie o olhar”. A campanha também lançou adesivo com o objetivo de ser colado em 600 táxis credenciados e empresas de ônibus interestaduais”.

Marizete Bagatelli acrescentou que a Prefeitura de Cuiabá lançará um aplicativo em seu site com o “Disque 100”, endereço dos conselhos tutelares e delegacias. “O evento demonstrou a parceria do poder público com empresas e entidades privadas visando um único objetivo, que é a proteção de direitos de crianças e adolescentes no combate contra a exploração sexual”.

OAB/MT se une a entidades em defesa do Pronto Socorro



A união de conhecimentos técnicos nas áreas da saúde, gestão hospitalar e jurídica entre a OAB/MT, o Conselho Regional e Medicina e a Associação dos Amigos da Criança com Câncer, nortearão ações para buscar soluções efetivas para o problema do Pronto Socorro de Cuiabá. Assim, em reunião os órgãos decidiram levantar informações para, se preciso, propor ação civil pública e levar as denúncias ao Ministério Público Federal. Participaram do encontro a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino; o presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, Fábio Capilé; o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Felipe Amorim; o presidente da CRM/MT, Gabriel dos Anjos; os conselheiros Claudio Casarotto e Mariana Rotta; a advogada do CRM/MT e membro da CSS, Mariely Macedo; a presidente da AACC/MT, Tellen Costa; e a assistente social da Associação, Juciane Siqueira.

A reunião foi motivada pela denúncia exibida em programa de rede nacional. Cláudia Aquino pontuou como graves a falta de médicos 24h na UTI do Pronto Socorro, a denúncia de um médico que teria sido orientado a alterar o horário do óbito do paciente; o fato de ser corriqueira a morte de pacientes e as decisões judiciais não cumpridas. “Vamos buscar a partir daqui uma nova frente de investigações e, por isso, precisamos reunir o máximo de informações para propor ação civil pública ou acionar o Ministério Público Federal, pois há verbas federais destinadas ao hospital”.

Fábio Capilé ressaltou a importância da união entre OAB/MT e CRM/MT. “A Ordem pode propiciar suporte jurídico necessário e instrução, reunindo as questões técnico-profissionais do Conselho. Já percebemos que as medidas pelas vias administrativas não



surtem efeito”.

Felipe Reis sublinhou que a OAB/MT é legítima para propor ação civil pública conforme a Lei 8.906/94 e a Constituição Federal e o STJ. “A situação do Pronto Socorro demonstra clara violação ao princípio máximo constitucional da dignidade da pessoa humana. A comissão está fazendo um estudo e vai apresentar um parecer sobre a questão”.

A presidente da AACC denunciou que além da falta de leitos e de médicos, faltam também oncologistas pediátricos de plantão para atender as crianças em imprevistos durante o tratamento. Tellen Costa afirmou que os pais não estão tendo acesso aos prontuários médicos e que uma paciente morreu durante a quimioterapia porque foi aplicada medicação da qual era alérgica, mesmo constando a informação no prontuário. Para o CRM/MT essa é uma situação grave e deve ser denunciada para que seja aberta sindicância.

Quanto ao Pronto Socorro, o presidente do Conselho destacou que “já foram feitas diversas fiscalizações e denúncias, inclusive ao Ministério Público Estadual e nada acontece. Acreditamos que essa união vai realmente fortalecer a nossa luta em defesa da população, do paciente que sofre”.

A advogada do CRM/MT fará o levantamento das ações já propostas pelo Ministério Público Estadual em face de questões pontuais da saúde pública para que, no próximo encontro, seja decidido qual o próximo passo a ser dado. Os representantes da OAB/MT reunirão as informações para a possível propositura de ação civil pública e também para provocar o Ministério Público Federal. A próxima reunião está marcada para o dia 9 de junho, 16h na OAB/MT e serão convidados representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Suspensão de ações por STJ preocupa Comissão de Direito Bancário

A Comissão de Direito Bancário e Securitário da OAB/MT debateu a decisão do Superior Tribunal de Justiça que determinou a suspensão de todas as ações de busca e apreensão no país dos processos que analisam a necessidade de pagamento integral do débito nos casos de bem alienado fiduciariamente. Conforme o presidente e o secretário-geral da CDBS, Evandro Santos e Bruno Coelho, diversos foram os debates acerca da repercussão desta decisão tanto no meio jurídico quanto no meio social e a suspensão preocupa os advogados. “A Comissão analisou diversas vertentes como o abarrotamento de ações no Poder Judiciário até o julgamento final do Recurso Repetitivo; a possibilidade de um aumento de inadimplência, em razão da impossibilidade das financeiras e bancos de exercerem o seu direito; e até um impacto sobre os advogados que laboram exclusivamente com ações de busca e apreensão”. A CDBS estuda o tema para verificar o que pode ser feito a fim de amenizar os efeitos

da referida decisão.

O caso - Para a suspensão, o ministro Luís Felipe Salomão, relator do Recurso Especial nº 1418593-MS, considerou o grande número de demandas versando sobre o mesmo tema: a necessidade de, na busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, ser paga a integralidade do débito para caracterizar-se a purgação da mora pelo pagamento, não sendo suficiente o pagamento, tão somente, das parcelas vencidas. A alienação fiduciária ocorre quando uma pessoa compra um bem financiado e o credor toma o próprio bem em garantia, de forma que o comprador, apesar de impedido de negociar com terceiros, pode usufruir desse bem.

A controvérsia jurídica será resolvida pela 2ª Seção do STJ, ainda sem data definida, no julgamento de recurso submetido ao regime dos repetitivos (artigo 543-C do Código de Processo Civil). Com a medida, haverá, automaticamente, o sobrestamento dos recur-

sos especiais com a mesma controvérsia nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais. A decisão do relator, no entanto, estende a suspensão para todos os processos que não tenham recebido solução definitiva. O ministro afirma que não há impedimento para o ajuizamento de novas ações, contudo ficarão suspensas no juízo de 1º Grau. (Com informações do TJGO)

Mutirão de Conciliação - A Comissão de Direito Bancário e Securitário da OAB/MT estimulou colegas a participarem do 1º Mutirão em parceria com o Banco do Brasil realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, coordenado pela juíza Adair Julieta da Silva em maio. A CDBS mais uma vez reforça o seu apoio aos mutirões, estimulando a solução dos conflitos de forma consensual, visando o encerramento dos litígios de forma mais célere.

COMISSÕES

Comissão realiza diversas ações no “Maio Trabalho”



Durante todo o mês de maio, membros da Comissão de Direito do Trabalho fizeram explanações para estudantes de escolas públicas de Cuiabá e também foram realizadas palestras para advogados e estagiários em Cuiabá e no interior em parceria com a OAB/MT, a ESA/MT e a CAA/MT. Conforme o presidente da CDT, Marcos Avallone, os advogados consideraram os encontros muito produtivos. A programação fez parte do projeto “Maio Trabalho”.

TRABALHO NA PRAÇA

O “Maio Trabalho” foi iniciado no dia 30 de abril com atendimento ao público gratuito na Praça Alencastro em Cuiabá para orientações jurídicas nas áreas trabalhista e previdenciária. A ação foi coordenada pela Comissão de Direito do Trabalho em parceria com a Comissão de Direito Previdenciário da OAB/MT. Participaram da ação o presidente da CDT, Marcos Avallone, a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, a presidente da Comissão de Direito Previdenciário, Camila Santos, além dos advogados da CDT Andreia Izabel, Celis Nadine Souza, Maria Claudia Stabile, Cristiane de Carvalho, Elisângela Del Nery, Fabio Rogério Macagnan, Felipe Higa, Marcelo

Cintra, Nelio Knihs, Thatiana Theodoro, Vania Fort; e da CDPprev, Lindolfo Castro e Mariza Castro.

PAINÉIS

Na capital, presidente do TRTMT, des. Edson Bueno, falou do comportamento das pessoas em audiências da Justiça do Trabalho, acompanhado do juiz auxiliar da presidência Plínio Podolan e o assessor da presidência Amadeu Gonçalves; o juiz do Trabalho, Lamartino Oliveira, abordou “Assédio moral e sexual nas relações do trabalho”.

No interior, o presidente da CDT, Marcos Avallone, falou sobre “Recursos no processo do trabalho”, na OAB de Peixoto de Azevedo; e na OAB de Tangará da Serra com o juiz do trabalho de Campo Novo do Parecis, João Humberto Cesário, falou sobre “Antecipação de tutela no processo do trabalho”.

ESCOLAS

Além do presidente da CDT, Marcos Avallone, também ministram palestras nas escolas com os temas “A importância do Direito do Trabalho”, “Trabalho formal e o registro na CTPS” e “Lei do Aprendiz”,

a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, e os advogados Andreia Cristina Izabel, Debora Astolpho, Felipe Cardoso Higa, Fernanda Cançado, Marcelo Cintra, Michelli Ferrari e Thatiana Theodoro. As escolas estaduais visitadas foram Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Professora Hermelinda de Figueiredo, Nilo Póvoas, Rodolfo Augusto Trechaud Curvo e Escola Estadual José de Mesquita.



COMISSÕES

Uma advogada formulou pedido de consulta à Comissão de Defesa dos Honorários Advocáticos (CDHA) da OAB/MT para analisar a fixação de honorários arbitrados em R\$ 500 por um magistrado de Cuiabá sob o valor de R\$ 16.145,50 em Ação Ordinária Anulatória de Débitos Fiscais com pedido de antecipação de tutela proposta em desfavor da Fazenda Pública Estadual. Na avaliação do presidente da CDHA, Adriano Carrelo Silva, o valor arbitrado pelo juízo singular está em vibrante descompas-

so com o princípio da equidade utilizado pelos magistrados. Ele registrou que o Superior Tribunal de Justiça “tem diuturnamente repudiado a fixação dos honorários advocatícios de modo aviltante e tem majorado os valores em todos os casos que aportam naquela Corte Superior”.

“Também é de se anotar que a reforma do Código de Processo Civil prevê a oficialização da obviedade: honorários advocatícios têm natureza alimentar – o que já tem reconhecimento pacífico na jurisprudência. São a

justa remuneração do advogado por ter estudado para aquela causa. É desumano conceder os alimentos de uma pessoa como se fossem um ‘trocado’, uma ‘esmola’, pois que é assim que acontece quando são fixados honorários irrelevantes, como é o caso dos presentes autos”.



Comissão de Meio Ambiente prepara cartilha ilustrada



A Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT, presidida por Luiz Alfeu Souza Ramos, elaborou uma “Cartilha da Conscientização” para ser distribuída na Semana do Meio Ambiente entre 2 a 6 de junho. O advogado explica que no material constam informações e procedimentos básicos de como usufruir corretamente dos recursos naturais com responsabilidade. A cartilha possui linguagem acessível para o público infanto-juvenil e demonstra de forma ilustrada e criativa questões relativas à conservação ambiental, reciclagem, queimadas e temas correlatos.

A vice-presidente, Mauren Lazzaretti, ressaltou que no dia 5 de junho é o Dia Internacional de Meio Ambiente. Eles participaram do evento de abertura da Sema/MT no Parque Mãe Bonifácia, onde fizeram a entrega das cartilhas para dezenas de alunos de escolas públicas.

Qualidade no ensino jurídico é destaque em seminário da UFMT



A abertura do IV Seminário Jurídico em comemoração aos 60 anos do Centro Acadêmico VIII de Abril da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi marcada pelo compromisso em buscar mecanismos que ofertem mais qualidade no ensino jurídico aos acadêmicos do curso de direito de todas as faculdades do Estado. Essa afirmação foi feita pelo presidente da OAB/MT, Maurício Aude; e ratificada pelo diretor-adjunto da Escola Superior de Advocacia (ESA/MT), Dejango Campos; o diretor da faculdade de direito da UFMT, Saul Tibaldi; e pelo presidente do Centro Acadêmico VIII de Abril, Luiz Felipe de Melo. Aude agradeceu pela OAB/MT ter sido eleita a anfitriã do evento e registrou



que a instituição está de portas abertas para firmar parcerias. “Nosso objetivo é aproximar os acadêmicos da OAB/MT e um evento dessa magnitude comprova que estamos no caminho certo. Essa é a terceira vez que a Ordem é parceira da UFMT, sendo que a primeira delas ocorreu no ano passado com a realização do Congresso em Homenagem aos 25 Anos da Constituição Cidadã, a segunda, no mês passado, com a visita de aproximadamente 40 acadêmicos do 1º e 2º

ano do curso de direito e, agora, esse seminário jurídico”.

Dejango Campos, que também é presidente da Comissão de Advogados Professores, registrou que “a ESA/MT está atuando na busca da excelência do ensino jurídico, participando com representantes e alunos de instituições de ensino e realizando eventos que reflitam no aprendizado dos acadêmicos de direito, os futuros transformadores do estado democrático de direito”.

Palestras - Na pri-

meira noite foi debatido o tema “Desafios estatais da contemporaneidade: espionagem, relações internacionais e direitos humanos” com os palestrantes Antônio Medeiros e Ulisses Schwarz, sendo mediado pelo professor Valério Mazzuoli. O evento com as palestras: “Desafios estatais da contemporaneidade: espionagem, relações internacionais e direitos humanos”; “Pena de prisão: um olhar crítico libertário”; “O novo Código de Processo Civil”; “Desafios para o desenvolvimento

do agronegócio em Mato Grosso”; “Direito à felicidade: um novo paradigma constitucional”; “Direito à educação: seus vínculos constitucionais, suas lacunas políticas e a responsabilidade da sociedade”; “Tribunal do júri: questões atuais, ética e crônicas de plenário”, além de diversos tipos de oficinas. Os palestrantes foram Antônio de Medeiros, Ulisses Schwarz, Amilton de Carvalho, Cassio Bueno, Carlos Fávaro, Ana Luiza Peterlini, Saul Leal, Pedro Taques, Samuel Rangel.

SUBSEÇÕES

Comissão de Direito Penal debate importantes temas



O advogado Saulo Rondon Gahyva conduziu sua primeira reunião como novo presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB/MT e abordou junto com os integrantes Emerson Silva, Leonador Dower, Michelle Donegá, Paulo Ricardo Miranda, Pedro Ovelar e Ulisses Rabaneda diversos temas de relevância para a área criminal. Os trabalhos foram iniciados abordando o Projeto de Lei nº 1754/11, que trata do porte de arma para advogados, e a nova tabela de honorários advocatícios. O advogado Marciano Xavier foi designado para atuar como relator do referido projeto a fim de analisar o tema, o qual está em trâmite na Câmara dos Deputa-

dos com dois votos favoráveis e um contra.

Sobre o projeto de lei, o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, disse que as comissões temáticas relacionadas ao tema devem extrair ao máximo informações e elaborar um parecer para ser analisado pelo Conselho Seccional e, posteriormente, encaminhado ao Conselho Federal com o posicionamento da Seccional sobre o porte de arma para advogados. A falta de segurança, intimidações, medo e ameaças são alguns dos sentimentos que os advogados relataram no encontro.

Tabela de honorários - Maurício Aude ressaltou que uma nova tabela de honorários advocatícios com as devidas atualizações está sendo elaborada e pediu auxílio da Comis-

são de Direito Penal no sentido de apresentar sugestões em todas as áreas que envolvem a advocacia criminal para que o Conselho Pleno possa definir o novo valor.

Qualificação de advogados - Ulisses Rabaneda informou que a ESA/MT está de portas abertas para atender os advogados que queiram se qualificar e que na conferência estadual que será realizada em agosto, serão abordados temas sobre a área criminal.

Ao analisar qual seria o primeiro curso, os membros presentes optaram pelo Tribunal do Júri. Saulo Gahyva informou que a desembargadora Maria Erotides Baranjak pode ministrar aulas sobre Tribunal do Júri durante três dias e Rabaneda acredita que dentro de 45 dias é possível viabilizar o curso.

Comissão de Direito Penal tem novo presidente

A Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB/MT está sob a direção do advogado Saulo Rondon Gahyva em virtude do ex-presidente, Waldir Caldas Rodrigues, ter assumido a presidência da nova Comissão Temática da instituição, a de Direito Carcerário. Saulo Gahyva já fazia parte da diretoria da CDPPP como vice-presidente.

O advogado participou da última reunião de presidentes de comissões realizada no dia 28 de abril e convida os advogados e advogadas criminalistas para contribuírem com os trabalhos. Os interessados em participar da Comissão de Direito Penal e Processo Penal

devem protocolizar requerimento endereçado ao presidente da OAB/MT, Maurício Aude, que o encaminhará para análise do Conselho Seccional.

Seminário - Os membros da Comissão de Direito Penal e Processo Penal José Marcílio Donegá e Edilene Dias Virmeiro Balbino representaram a Seccional nos Seminários Temáticos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em maio.

O evento ocorreu na UFMT e os advogados foram indicados pelo presidente da CDPPP, Saulo Gahyva para debaterem a polêmica da “Maioridade Penal” e outros assuntos.



SUBSEÇÕES

“Novos paradigmas do Direito de Família” em debate



Advogados e advogadas participaram do primeiro “Almoço em Família”, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) Seccional de Mato Grosso, com a organização da conselheira estadual da OAB/MT, Daniela Echeverria e da presidente da Comissão de Direito de Família, Joyce Campos, com o apoio da presidente da Comissão

de Infância e Juventude, Marizete Bagatelli. “O evento já é realizado em outros estados da federação, sendo considerada uma oportunidade de aprendermos e reunirmos os admiradores do Direito de Família”. A palestra tratou dos “Novos paradigmas do Direito de Família” com o professor doutor José



Fernando Simão. Após o estudo e debates, foi oferecido almoço por adesão com animação da banda Conversa de Botequim. José Fernando Simão é livre-docente, doutor e mestre em Direito Civil pela USP; diretor de Relações Institucionais do IBDFAM/SP; advogado em São Paulo e autor de obras jurídicas, entre outros.

ESA/MT emitirá certificação para telepresenciais da AASP

Confira os cursos de junho:

A partir de junho, a ESA/MT emitirá certificações das aulas telepresenciais transmitidas por meio de convênio com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). Conforme o presidente da Escola, Bruno Castro, os certificados serão emitidos para que haja maior aceitação por parte das faculdades. “Temos cursos de alto nível, com temas atuais e as aulas são ministradas por juristas de renome e voltadas para os advogados e advogadas, além dos estagiários e acadêmicos. É mais uma oportunidade para se atualizar”. As aulas são exibidas na ESA/MT em Cuiabá e nas Subseções de Colíder, Comodoro, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Tangará da Serra, Água Boa, Barra do Garças, e Alta Floresta. Mais informações: (65) 3613-0956/0957.

CURSO PERÍODO	HORÁRIO	CARGA	HORÁRIA	CONTEÚDO
Direito Previdenciário: contribuição previdenciária prescricional, quanto à exigibilidade das contribuições das empresas e dos segurados.	02/06/2014 a 11/06/2014	9h às 11h	8h -	O sistema tributário nacional e a posição da contribuição previdenciária. Trata-se de tributo? Quais os efeitos? - O prazo decadencial e - As espécies de contribuições das empresas (Cofins, CSLL, PIS, folha de pagamento), dentre outros.
Previdência Complementar: aspectos materiais e processuais	03/06/2014 a 05/06/2014	18h às 20h	4h	- Previdência complementar: aspectos materiais. - Previdência complementar: aspectos processuais.
Audiências no Processo Civil	05/06/2014 e 06/06/2014	9h às 11h	4h	- A audiência preliminar e seus desdobramentos. - Audiência de instrução e julgamento – temas relevantes.
Novas teses de alimentos	09/06/2014 e 10/06/2014	18h às 20h	4h	- Alimentos convencionais, compensatórios e gravídicos. Fixação de multas. Danos morais por inadimplemento. Inclusão no Serasa/SPC. - Limite de tempo de prisão. Teses de defesa. Limite percentual. Alimentos socioafetivos. Regime semiaberto na prisão como possibilidade. Agravos e habeas corpus.
Estratégias para uma execução civil efetiva: o ponto de vista prático em benefício do credor	11/06/2014	18h às 20h	2h	
Audiência trabalhista e Ônus da prova	24/06/2014 e 25/06/2014	18h às 20h	4h	- Ônus da prova. - Audiência trabalhista.
Regimes de bens: questões atuais da doutrina e jurisprudência	30/06/2014	18h às 20h	2h	- Alteração de regime de bens durante o casamento. - Casamento em separação obrigatória. Comunicação dos atos? - Regimes de bens e planejamento sucessório. - Regimes de bens e direito sucessório. - Separação convencional de bens com direito sucessório. -Direito real de habitação entre cônjuges.

SUBSEÇÕES

Confira os horários de expediente na Copa

Poder Executivo - O Governo do Estado publicou o Decreto nº 2.057 de 2 de maio de 2014 no Diário Oficial, estabelecendo os pontos facultativos durante os jogos que ocorrerão em horários comerciais das seleções do Brasil e das que entram em campo durante a primeira fase da Copa do Mundo na Arena Pantanal. Assim, dia 12 de junho, data de estreia do Brasil no Mundial contra a Croácia, o expediente será das 7h30 às 13h30 em todo o Estado. No dia 13, haverá ponto facultativo em Cuiabá e Várzea Grande em função da partida entre Chile e Austrália, na Arena Pantanal. O expediente no Estado segue normalmente.

Nos duelos entre Brasil x México e Rússia x Coréia do Sul, dia 17, apenas os servidores do Estado vão trabalhar das 7h30 às 13h30, não incluindo os de Cuiabá e Várzea Grande, que terão ponto facultativo o dia todo. Dia 21, a Arena Pantanal abriga o jogo entre Nigéria e Bósnia.

No dia em que o Brasil enfrenta Camarões, 23, o horário de expediente em todo o Estado será das 7h30 às 13h30. O decreto também fixa ponto facultativo em Cuiabá e Várzea Grande, não incluindo o Estado no dia 24 quando Japão e Colômbia entram em campo. Os órgãos que trabalham em regime de plantão, com atividades essenciais, continuam atuando normalmente, como setores da Saúde, Segurança e Educação. (Fonte: Secopa)

Poder Judiciário - Já o Tribunal de Justiça de Mato Grosso publicou a Portaria nº 70/2014-PRES suspendendo o expediente forense no TJMT, Fóruns e Juizados Especiais da Capital e Várzea Grande nos dias em que Cuiabá será sede de jogos da Copa do Mundo. Os prazos que vencerem nos dias em que houver jogos do Brasil serão prorrogados para o próximo dia útil em razão da redução do horário de expediente. A decisão consta na portaria 183/2014, editada pela presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e válida para todas as comarcas.

Nos jogos do Brasil que ocorrem nos dias 12 (às 17h em São Paulo), 17 (às 16h em Fortaleza) e 23 de junho (às 17h em Brasília), o horário de atendimento será das 8h às 13h em todas as Comarcas. O horário reduzido é regulado pela portaria 174/2014. No mês de junho será ponto facultativo nos dias 13 (sexta-feira), 17 (terça-feira) e 24 (terça-feira) por conta dos jogos que ocorrerão na Arena Pantanal em Cuiabá. Assim, a portaria 70/2014 suspende o expediente no TJMT e nas comarcas de Cuiabá e Várzea Grande e nestes locais os prazos estarão prorrogados automaticamente.

TRE/MT - O Presidente do TRE/MT, des. Juvenal Pereira divulgou Portaria n. 199/2014, que regulamenta o funcionamento da Justiça Eleitoral nos jogos da copa do mundo na Arena Pantanal. Nos dias de jogo em Cuiabá 13, 17, 21 e 24 de junho não haverá expediente no Tribunal (sede) e nos cartórios eleitorais situados nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Nas demais zonas eleitorais, localizadas no interior do Estado de Mato Grosso, o atendimento ocorrerá normalmente. Já nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o horário de expediente do Tribunal e de todos os cartórios eleitorais, será das 7h30 às 12h30.

Palestras do Terça Jurídica apontam novos horizontes



A abertura de novos horizontes para a advocacia mato-grossense foi abordada na abertura da “Terça Jurídica” pelo presidente do Centro de Estudos de Sociedades de Advogados Seccional Mato Grosso e presidente da Comissão de Direito Internacional da OAB/MT, Kleber Tocantins. Foram debatidos “Como encarar o Copyright e a Intelectual Property com referência aos conhecimentos sensíveis dentro do espaço brasileiro”, com Diego Santiago Vieira de Brito; e “Regulação a Investimentos Estrangeiros no Brasil”, com Olavo Franco Caiuby Bernardes.

O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, representou a diretoria e destacou a satisfação em receber o evento do Cesa. “Esta é uma nova realidade da advocacia; advogar sozinho hoje é muito mais difícil e a partir da atuação do Cesa e da Comissão de Sociedade de Advogados cresceu muito o número de sociedades no Estado”.

Também participaram o presidente da ESA/MT, Bruno Castro; o diretor Dejangó Campos; o presidente da CAA/MT e coordenador das Comissões Temáticas, Leonardo Campos; os conselheiros estaduais Alex Tocantins e Ronimário Naves, a presidente e o vice da Comissão de Sociedade de Advogados Yaná Gomes e José Antônio Alvarez; o presidente da Comissão de Propriedade Intelectual, Geraldo Macedo; advogados e advogadas, estagiários e acadêmicos. Leonardo Campos destacou que haverá no segundo semestre um evento conjunto entre a Comissão de Sociedade de Advogados e o Conselho Regional de Contabilidade “para tratar da importância dos benefícios tributários, contratos e outras vantagens existentes para as sociedades, em especial

com a inserção da categoria no Simples Nacional”.

Em sua explanação sobre “Como encarar o Copyright e a Intelectual Property com referência aos conhecimentos sensíveis dentro do espaço brasileiro”, Diego Brito abordou o desafio dos advogados na atuação relativa aos casos de uso de materiais e riquezas imateriais de comunidades indígenas e outras tradicionais que, por vezes, não possuem um único autor intelectual. Observou que muitos conhecimentos de plantas, animais ou mesmo aspectos culturais como a confecção de peças ou pinturas são parte da história de uma ou mais comunidades. “Quem é o autor ou detentor do conhecimento? Se uma indústria fotografa as pinturas e as utiliza na confecção de roupas, a quem deveria pagar a título de propriedade intelectual? São questões complexas e há muitos casos em que o Ministério Público Federal ou órgãos fiscalizadores tiveram de atuar para evitar que estrangeiros, por exemplo, registrem essas riquezas que são brasileiras”, explicou.

Na palestra “Regulação a Investimentos Estrangeiros no Brasil”, Olavo Bernardes explanou acerca dos requisitos necessários e exigências legais. O palestrante abordou a entrada, controle e saída de capital estrangeiro e as áreas que possuem limitações, demonstrando as exigências para o registro no Banco Central; falou da constituição de subsidiária de Sociedade Estrangeira no Brasil, demonstrando quais legislações a regem, a exemplo do Código Civil, da Lei das S/A (6.404/1976) e a recente Lei 12.441/11 (da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - Eireli) e sobre a obtenção dos principais vistos.



SUBSEÇÕES

OAB/Pontes e Lacerda pede melhorias para presídio



A presidente da Subseção de Pontes e Lacerda, Janete Garcia Valdez, esteve reunida com o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Luiz Antonio Pôssas de Carvalho, para buscar melhorias para o presídio do município. Também participaram do encontro os membros da Comissão de Direito Carcerário da OAB/MT Antonio Carlos Rezende e Bruno Melo Castro; o juiz da Vara de Execuções Penais de Pontes e Lacerda, Leonísio Salles de Abreu Júnior; a promotora de justiça Gileade Maia; o deputado estadual Antonio Azambuja; e o secretário adjunto de Administração Penitenciária, coronel Clarindo Alves de Castro.

Os assuntos versaram sobre capacitação dos agentes, falta de internet e telefone e procedimentos de checagem dos detentos. A presidente da OAB/Pontes informou que muitos agentes carcerários e até mesmo o diretor da unidade prisional são novos e precisam ser qualificados. “Temos percebido que eles tratam os advogados com a mesma aspereza que tratam os presos, o que não pode acontecer”. Sobre a ausência de internet e

telefone no presídio, a advogada e o juiz ressaltaram que são ferramentas imprescindíveis para o bom funcionamento do sistema prisional porque possibilitam a checagem para verificar se o preso, quando na ocasião de sua soltura, não tem outro mandado de prisão em aberto oriundo de outra comarca.

O secretário de Justiça e Direitos Humanos informou que os servidores passaram por qualificação de duas semanas e reconheceu que esse tempo é curto. Garantiu que todos passarão por novas capacitações e, no que diz respeito à internet e ao telefone, frisou que a empresa de telefonia executará os serviços no prazo de 120 dias e que provisoriamente a internet funcionará via rádio. Quanto ao sistema de checagem dos presos, ressaltou que no segundo semestre deste ano será instalado em Mato Grosso o Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdep), do monitoramento e registro integrado do número de presos no país em conjunto com todos os Estados. Também serão implantadas as torno-



zeleiras eletrônicas no regime semiaberto; dentro de 90 dias estará em funcionamento um tutorial que possibilitará o uso de malote digital, fazendo com que os oficiais de justiça sejam dispensados de cumprirem os alvarás de soltura por passarem a ser online e que nomeou uma assistente social, pedagoga e técnica de enfermagem para atuar em Pontes e Lacerda.

OAB/Canarana participa de caminhada contra exploração sexual

Dezenas de advogados, advogadas e sociedade em geral participaram de uma caminhada no município de Querência contra a exploração sexual de criança e adolescente. A cidade é abrangida pela Subseção de Canarana e seu presidente, Marcelo Marinho, informou que a OAB local apoiou o evento e vem constantemente desempenhando seu papel social perante à comunidade. O dia nacional de luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes foi lembrado em 18 de maio com movimentos e debates por todo o país. O telefone para denúncias em qualquer estado brasileiro é o Disque 100.



SUBSEÇÕES

Cojad/Rondonópolis realiza palestras para estudantes

No mês de abril, a Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da Subseção de Rondonópolis realizou palestras para estudantes dos 2º e 3º anos do ensino médio da Escola Estadual La Salle como parte do projeto “OAB vai à Escola”. Elas foram proferidas na Câmara dos Vereadores e contou com a presença de aproximadamente 120 alunos. O presidente da Cojad/Rondonópolis, Bruno de Castro, falou sobre “Crimes Contra a Dignidade Sexual e a Violência Doméstica”; e os advogados Rafael Gonçalves, Kássio Barbosa e Rafael Soares abordaram os temas “O Direito e a Internet”; “As medidas socioeducativas do ECA”, e “Direitos Políticos: a importância do voto no processo eleitoral”.

Para Bruno de Castro, “projetos como esses devem ser

implementados com mais frequência, pois aproxima a OAB/MT da sociedade. Além do mais, os adolescentes ouvem assuntos do seu cotidiano e acabam difundindo o que aprenderam”. O projeto foi aplicado no mês de maio na Escola Estadual de Ensino Médio Major Otávio Pitaluga (EEMOP).

Atendimento a cidadãos - A Comissão do Jovem Advogado da OAB/Rondonópolis participou da Ação Global com atendimento ao público das 7h às 17h no antigo aeroporto da cidade. Conforme o presidente da Cojad/Roo, Bruno de Castro, 89 pessoas foram atendidas pelos cinco advogados que colaboraram com a ação. As maiores demandas foram na área cível, em especial em Direito de Família. O evento contou com a presença de mais de 50 empresas e em torno de três mil pessoas visitaram o local.

“A COJAD/Rondonópolis estava repre-



sentando a OAB/Rondonópolis, sendo que a missão consistia em prestar assistência jurídica (tirar dúvida, dar conselho, esclarecer, orientar) às pessoas interessadas”, explicou Bruno de Castro. Também participaram do evento os seguintes advogados membros da Comissão: Alex Onassis; Wesley Lopes; Hélio Fialho e Hadan Porfírio. (Fotos e informações: Cojad/Rondonópolis)



OAB/Primavera presente na Semana Jurídica

O presidente da OAB de Primavera do Leste, Nelson Aparecido Manoel Junior, foi parceira da Semana Jurídica realizada pelo 10º Semestre de Direito noturno da Unic, em parceria com a OAB/MT, CAA/MT, Instituto Avante Brasil e a Rede de Ensino LFG. A palestra de abertura foi com o jurista Luiz Flávio Gomes com o tema “Beccaria - 250 anos depois”. Em seguida ele falou sobre “Como construir uma carreira de sucesso”.

O evento seguiu até dia 23 com os seguintes palestrantes: Viviane Brito Rebello Isernhagen e Ronny Cesar Camilo Mota; Carlos Eduardo Silva e Souza e de Thaisa Maira Rodrigues Held; Divanir Marcelo de Pieri e Aguinaldo Locatelli.

OAB/Sinop tenta elevar comarca à Entrância Especial

Um dos principais pleitos feito pela diretoria da Subseção de Sinop ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso foi para que o presidente do órgão elevasse a comarca de Terceira Entrância para Entrância Especial. O presidente da OAB/Sinop, Felipe Guerra, informou que o município possui todos os requisitos necessários para sua elevação e que aguarda um posicionamento positivo do TJMT.

“Já nos reunimos com o TJMT algumas

vezes e apresentamos toda documentação contendo informações que comprovem ser possível a elevação da comarca. Ressalto que se o pedido for acatado, a advocacia, magistratura e sociedade serão beneficiadas”, disse o advogado.

O presidente do tribunal informou que já determinou à sua equipe que realize os estudos necessários para comprovar o preenchimento dos requisitos e, após concluído, analisará o pedido.

SUBSEÇÕES

OAB/Colíder entrega certidões para novos estagiários

Em maio, a diretoria da OAB/Colíder entregou certidões a 27 estagiários em solenidade realizada no auditório da subseção e que contou com a presença de advogados, familiares e representantes da Faculdade de Colíder (Facider). Compuseram a mesa de honra o presidente e vice-presidente da subseção, Rogério Lavezzo e Ricardo Pereira; a secretária-geral, Neuza Cielo; a diretora da Facider, Roze Saldanha; e o coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade,

Luiz Gustavo Caratti. Rogério Lavezzo parabenizou os compromissandos e ressaltou a importância de honrarem a nova identidade que acabavam de receber, bem como para que zelem pela ética profissional, contribuindo, assim, para a dignificação e enobrecimento da profissão, e que as portas da subseção sempre estarão abertas para apoiá-los ao longo do exercício da profissão. O vice-presidente, Ricardo Zeferino, teceu comentários sobre os trabalhos desenvolvidos e disponibilizados pela Caixa de Assistência do Advogado

(CAAMT) para a assistência tanto dos advogados quanto dos estagiários.

Após o juramento, a estagiária Valéria Regina de Souza parabenizou os colegas por mais essa conquista. A diretora da Facider, a Roze Miriam, falou sobre a felicidade em participar da solenidade de entrega das certidões, parabenizando os acadêmicos e à subseção pelos trabalhos encampados em favor da classe, atitudes que convergem para o apoio e estabilidade necessários aos profissionais do direito nessa cidade e região. Luiz Caratti,



ressaltou a importância em seguir os princípios que norteiam a profissão, principalmente a moral e a ética, que é o diferencial para

todo o profissional que almeja obter o sucesso e o reconhecimento em sua carreira. Após a solenidade foi servido um coquetel no salão

de festas da subseção onde todos tiveram a oportunidade de se confraternizarem. (Fotos: Marcio Carvalho - Fonte: OAB/Colíder)



CURTAS:

O Presidente da OAB de Colíder, Rogério Lavezzo, convidou todos os advogados e advogadas da região para participarem de reunião na sede da Subseção, para tratar de assuntos de interesse da advocacia. Ele destacou ser uma oportunidade para os colegas apresentarem temas no Colégio de Presidentes das Subseções da OAB/MT que ocorreu em Sinop, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, des. Orlando Perri.

O presidente da OAB/Lucas do Rio Verde, Abel Sguarezi, também se reuniu com advogados e advogadas da região para tratar da elevação da Comarca – instalação e assuntos correlatos; Feijoab Solidária 2014; Colégio de Presidentes – coleta de informações dos advogados; debates sobre a prestação jurisdicional/atendimento ao advogado na justiça comum e trabalhista; Sala da OAB/MT na Vara do Trabalho e novos convênios da CAAMT.

OAB/Lucas faz Campanha do Agasalho 2014

A OAB de Lucas do Rio Verde iniciou esta semana a parceria da Campanha do Agasalho 2014 com a Câmara Municipal - “Doe calor. O frio passa, mas a solidariedade fica”. Para o presidente da Subseção, Abel Sguarezi, “a OAB não poderia ficar de fora dessa solidariedade, então junto com a

Câmara Municipal arrecadamos agasalhos. E contamos com a colaboração de todos os colegas!”.

Outras informações pelo telefone (65) (65) 3549-4149.

A Subseção atende também os municípios de Ipiranga do Norte, Itanhanga, Tapurah.